

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120 / sala 224 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7503 / 3289 7506

Email: comam@smam.prefpoa.com.br

11ª Reunião Ordinária do Comam

Data: 27 de Março de 2013

Hora: das 14h 30min às 16h 04min

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Aos vinte e sete do mês de março de 2014, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas e vinte e oito minutos, para reunião ordinária. **PRESENTES:** Cláudio Dilda e Alex Neves Strey, ambos da **SMAM**; Maria Lúcia Frozi, suplente do **DEP**; Neusa Henrich da Rocha, do **DMAE**; Mariza Fernanda Power dos Reis, do **DMLU**; Juliana Lopes Porto, da **SMS**; Synthia Ervis Krás Borges, da **SMURB**; Ludwig Buckup, do **IGRÉ**; Felipe Charczuk Viana, do **Instituto Econsciência**; Ricardo Norberto Ayup Zouain e Andrea Pinto Loguercio, ambos da **UFRGS**; Jupiter Palagi de Souza, da **OAB/RS**; Paulo Fernando de Farias, da **CUT**; Ricardo Libel Waldman, da **MJDH**; Magda Creidy Satt Ariolli, do **CRBIO-3**; Carlos Roberto Santos da Silveira, do **CREA/RS** e Tiago José Pereira Neto, suplente da **FIERGS**. **Justificaram a ausência:** Maria do Carmo Gualdi Lebsa, do **GP**; César Augusto Moraes Ferreira Jr, da **GRANPAL**; Edison Ricardo Kern, do **Maricá**; Paulo Brack, do **INGÁ**; Maria Alice Lahorgue, **SBPC/RS**; Maurício Scherer, da **UAMPA**; **Convidados:** Léo Bulling, da SUPPJ /SMAM, Mauro Moura, da SUMAM/SMAM.

Pauta:

- 1) Aprovação das atas das reuniões dos dias 28/11/2013, 19/12/2013 e 27/02/2014; (Todos já receberam por e-mail, junto com a convocação e a pauta.)
- 2) Relato do Convênio firmado com o Contrato da IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, pelo Diretor da DAPPJ / SUPPJ / SMAM Eng. Agr. Dr. Sérgio Tomasini;
- 3) Relato da situação dos serviços de poda na cidade, executada pela CEEE. A demanda é oriunda da C.T. de Áreas Naturais e Paisagem e Urbanismo, pelo Supervisor SUPPJ/SMAM Sr. Léo Bulling;
- 4) Relato do Prof. Ludwig Buckup, Presidente da Câmara Técnica de Áreas Naturais e Paisagem e Urbanismo, sobre: O termo de referência para execução do Plano de Manejo da Unidade de Conservação Refúgio do Morro São Pedro e do Processo Administrativo nº 002.3307420.05.0782-69 do Empreendimento Urbanístico Fazenda do Arado Velho.
- 5) Relato da tramitação administrativa da Ampliação do Hospital de Clínicas e o licenciamento ambiental pela SMAM, pelo Supervisor - SUMAM Sr. Mauro Moura;
- 6) Licenciamento Ambiental Municipal de Funerárias com Tanatopraxia, pelo Supervisor-SUMAM Sr. Mauro Moura;
- 7) Assuntos gerais.

Relato:

- 1 **CLAUDIO DILDA, DA SMAM:** Senhores conselheiros, boa tarde. Bem vindos. Como já temos quórum,
2 então, declaro aberta a reunião, e considerando convocação do gabinete do senhor prefeito, eu passo a coordenação
3 desta reunião ao secretário adjunto, a quem eu acho que nem todos conhecem, o Alex Neves Strey, é o secretário
4 adjunto interino da SMAM. Ele vai coordenar a reunião de hoje, e se eu conseguir terminar a reunião, enquanto a
5 reunião deste conselho estiver acontecendo, eu estarei aqui. Então, peço que vocês me escusem, e peço licença. Passo
6 a palavra, então, ao secretário adjunto, Alex.
- 7 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Boa tarde a todos, bem vindos. De pronto eu passo a palavra para a
8 Aláides, para falar sobre as pautas, e depois peço a atenção porque temos um pedido de inversão de pauta. Obrigado.
- 9 **ALAIDES MATTONE:** Boa tarde a todos, agradeço a presença. Peço a gentileza que toda vez que for, se
10 identificar, falando o nome e a entidade que faz parte. Nós temos aqui uma listagem, onde tem a composição dos
11 membros do COMAM. Eu peço a gentileza, que olhem o seu nome, confira o nome, o telefone e o e-mail,
12 principalmente, para que a gente possa ter um contato mais rápido, mais ágil. Conseguimos o quórum, temos seis

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

13 justificativas, sendo uma do gabinete do prefeito, a GRANPAL, a Associação dos Municípios da Região
14 Metropolitana de Porto Alegre, MARICÁ, INGÁ, Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, SBPC do Rio Grande do
15 Sul, que é a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a UAMPA, a União das Associações de Moradores
16 de Porto Alegre. Nós temos a nossa pauta, que é composta de sete itens, com a solicitação aqui, que o professor
17 Backup faça o relato sobre dois itens. Uma sobre a conservação... Aliás, o plano de manejo da unidade de
18 conservação refúgio do Morro São Pedro, e o empreendimento urbanístico Fazenda do Arado Velho.

19 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** A gente põe em votação? Então, por favor, como votam os
20 conselheiros, ou se há alguma consideração? Quem acha que tem que ser assim, fique como está. Então, está
21 invertida a pauta. Professor Backup, por gentileza.

22 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Bom, pela nossa câmara, que me cabe, eventualmente, coordenar, é a
23 câmara técnica, passaram dois assuntos que eu até acho que tem certa importância, e quero destacar. Primeiramente,
24 eu vou falar sobre uma proposta de termo de referência, que nos foi enviado através da assessoria da área aqui, da
25 própria prefeitura, com relação a elaboração do plano de manejo do refúgio, que está dentro da futura APA, dentro do
26 Morro São Pedro. Foi apreciado pelo plenário, e não houve nenhuma manifestação especial, solicitando acréscimos...
27 Até o tempo foi curto, foram quatro dias só, que houve aí, para que a gente avançasse nessa matéria. Me pareceu,
28 secretário, que está bem encaminhado, a equipe fez um trabalho muito bom, não se esqueceu de todos aqueles itens
29 que são essenciais na elaboração desse tipo de documento, eu acho que nós devemos realmente abraçar essa
30 proposta. E me permito sugerir a vossa senhoria que peça ao plenário que aprove o termo de referência como ele foi
31 elaborado, para que de imediato eles possam avançar. Estão tão preocupados com a aceleração disso, que até pediram
32 que eu falasse logo, para poderem voltar lá, para trabalhar. Não é isso, Maria Carmem? Então, está bem, perfeito,
33 secretário, eu acho que está bem. Um trabalho bem feito, e é essencial. Tem um que outro item que foi levantado, só
34 por curiosidade, que não está explicitamente contemplado no termo de referência, que é a questão de regulamentar o
35 uso daquele espaço para pesquisa científica. Sem falar na questão da visita pública, que é complicada também. Mas a
36 Maria Carmem, aqui conversando, já esclareceu que isso é um assunto que é geralmente tratado de uma forma, já
37 tradicionalmente, em instituições de mesmo nível, de mesmo caráter. Eu tenho impressão que isso está bem
38 encaminhado. Então, se me permite, até se houver aprovação, consta em ata que esse termo de referência pode ser
39 encaminhado para fins de agilização.

40 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, SUPLENTE DA FIERGS:** Só uma dúvida, professor. O plano de
41 manejo, ele se refere só ao refúgio, ou também, o termo de referência, ele se refere à APA? Porque são duas áreas, a
42 princípio, a intensão de uma APA, e o refúgio. E a segunda pergunta, se essas unidades de conservação já estão
43 instituídas em instrumento legal ou ainda é uma intensão do município ter essas unidades?

44 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Não. Eu vou procurar responder. Primeiramente, trata-se só do refúgio. A
45 APA é uma outra área, muito mais ampla, que obviamente será objeto de um tratamento similar. E pelo que nos foi
46 informado, a maior parte desse refúgio já foi adquirida pela prefeitura, já é propriedade do município. Existem ali,
47 dois ou três espaços, que estão em vias de serem adquiridos. Mas é um núcleo sólido de vegetação em paisagem
48 nativa, que eu acho muito importante que seja preservado. Então, não sei se eu lhe respondi, são as duas questões.
49 Estão instituídas, os detalhes legais da instituição eu desconheço, nós temos sim, uma descrição que nos foi feita, e
50 me parece que está ainda em vias de completar esse processo.

51 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, SUPLENTE DA FIERGS:** Eu só faço essa pergunta, professor,
52 porque a APA, eu tenho a informação de que não esteja instituída por instrumento legal.

53 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Não, não.

54 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, SUPLENTE DA FIERGS:** O refúgio eu desconheço, mas eu não
55 sei até que ponto cabe o papel do conselho, talvez, avaliar e aprovar um termo de referência agora, para unidades de
56 constituição, caso não estejam constituídas ainda, de uma unidade que legalmente não está constituída. Nós
57 realmente costumamos ser tão legalistas aqui dentro do conselho, mas eu acho que não é problema, só não sei a
58 questão dos tempos...

59 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Na verdade, eu senti uma preocupação por parte dos assessores da
60 secretaria, de realmente ganhar tempo. Porque os elementos, digamos assim, de paisagem e de biodiversidade estão
61 ali, quer dizer, independentemente da legalização, eu acho que é interessante que tão pranto seja formalmente
62 instituído, já esse plano esteja já a caminho, eu acho que ganhamos tempo e qualidade na administração. Essa é a
63 ideia.

64 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Certo. Alex, falando. Para te responder, nenhum dos dois instrumentos
65 legais estão constituídos na forma. O projeto de lei do refúgio está pronto, e talvez não precise de mais nenhum
66 ajuste. O da APA, ainda precisa passar por toda discussão que o refúgio passou, ou pelo menos parte dessa discussão
67 que o refúgio passou. O que é a nossa ideia? É inescapável que esse refúgio aconteça, e isso é inescapável por todos
68 os acordos assumidos já pela prefeitura, em relação a esse assunto. E o plano de manejo, ele precisa ser, pelo menos
69 lícito, esse ano. E o fato de esse termo de referência estar passando aqui por este conselho, é justamente porque

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

70 ainda não existe um conselho do refúgio que possa aprovar esse termo de referência. Então, o caminho mais robusto,
71 o caminho que se constitui mais legal, como tu dizes, é justamente passar pelo COMAM.

72 **ANDREIA LOGUERCIO, DA UFRGS:** Só para ficar claro, Tiago, assim, o que passou é um termo de
73 referência para contratar uma empresa que vai fazer os estudos para o plano de manejo. Então, assim, é
74 exclusivamente, nesse momento, é exclusivamente do refúgio. Então, esse é o encaminhamento. A APA está
75 interligada, mas nós não pulamos etapas. A gente simplesmente está ganhando o tempo, porque existe procedimentos
76 internos da licitação, que ainda vão demorar, provavelmente muito mais do que a assinatura do decreto. Então, é
77 deixar um termo de referência pronto, já costurado, com várias opiniões, as meninas apresentaram, abriram, se
78 mandou sugestões dentro da câmara técnica. Se tu pedires isso, vocês receberam, o Rafael recebeu, como membro da
79 câmara técnica, ele estava na explanação de sexta-feira, e ele recebeu esse material em dois formatos, a apresentação
80 e mais o documento do termo de referência, para que os membros da câmara somassem itens, acrescentassem coisas
81 que poderiam melhorar o termo de referência para a área do refúgio. É isso que a gente está propondo, apresentando
82 hoje aqui, como câmara técnica. Não é, professor?

83 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Ainda bem que eu tenho uma pessoa que explica melhor do que eu, tudo
84 que eu já tinha explicado. Mas tudo bem... Diga, Tiago.

85 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, SUPLENTE DA FIERGS:** A pergunta, na verdade, a questão foi
86 também por uma experiência em que está se passando com uma outra unidade de conservação, onde a gente tem uma
87 área de proteção integral e onde a gente tem, conjuntamente, uma área de proteção ambiental também. E que está
88 acontecendo, efetivamente, uma discussão, sobre a compatibilização desses planos de manejo. Principalmente sobre
89 a zona de amortecimento, e as atividades que nelas existem...

90 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Está falando do Delta do Guaíba?

91 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, SUPLENTE DA FIERGS:** É, Delta do Jacuí, tanto a APA como o
92 parque, e a preocupação, particularmente da FIERGS, nesse ponto de vista, é fazer com que aqueles conflitos que
93 estão acontecendo lá hoje não retornem, ao se tratar dois planos de manejo em tempos diferentes, para áreas
94 basicamente limítrofes ali. Eu não tenho, eu tenho, basicamente, no interior de uma possível APA, que quer se
95 instituir, um refúgio da vida silvestre que também ainda não está instituído dentro do instrumento legal. Então, a
96 nossa preocupação nem é, efetivamente, com o termo de referência ou o conteúdo; é sim, com como vai se
97 compatibilizar, a intensão de que esse termo de referência do refúgio, ele também não descarte, ou quem for fazer
98 esses estudos, não descarte a questão da existência de uma APA nesse entorno, e que de preferência esses estudos
99 fossem feitos em conjunto. E também, seria interessante que a câmara técnica, então, trabalhasse no termo de
100 referência para a APA, se for o caso, e apresentasse em conjunto, para que não haja conflitos. Eu acho que esse é um
101 ponto, na verdade é uma questão que tem que ser aprovada pelo conselho, e esse instrumento, quem tem que criar é o
102 poder público municipal. E no meu entendimento, é preciso criar lei, é preciso criar instrumentos legais para que o
103 município possa atuar nessa questão. Essa hierarquia, esse é o modo legalista que geralmente tratamos aqui, e
104 discutimos. Eu concordo, André, com esse ponto, mas a nossa preocupação é essa, fazer com que realmente
105 tenhamos dois planos de manejo de verdade, que contemplem todos os aspectos e todas as questões. Eu acho que
106 essa, tentando de uma forma bem transparente, clara e objetiva dizer, é a nossa preocupação, evitar os conflitos
107 existentes já nas experiências que estamos tendo atualmente.

108 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Alex. Tiago, a questão é a seguinte. Legalmente, e em seguida que essa lei
109 for aprovada, nós teremos que fazer este plano de manejo. A discussão da APA, ela vai ser mais extensa, e terá a sua
110 lei, que também vai gerar um plano de manejo. De outra sorte, de alguma maneira a SMAM, e a própria prefeitura,
111 está participando das discussões dos dois planos de manejo do delta. E ao acompanhar isso, a nossa curva de
112 aprendizado para tratar desse assunto já é outra, daquela que gerou os conflitos do plano de manejo que já existe.
113 Então, esse voto de confiança às pessoas que estão tratando disso, a gente pede que a FIERGS nos dê. Então, é
114 absolutamente necessário que nós façamos esse plano de manejo de algo que já existe, ou se não existe legalmente, é
115 inescapável que exista. Então, isso vai ter que acontecer antes, e depois a gente vai compatibilizar como for
116 necessário.

117 **(SEM IDENTIFICAÇÃO)** Para nós, secretário, lá na câmara, ficou mais ou menos claro de que, no momento
118 da formulação desse plano de manejo, a matéria voltará a câmara, e voltará aqui ao plenário também. Quer dizer,
119 estamos avançando um pouco em recolher dados. Eu não sei se o colega já viu, alguma vez, um plano de manejo
120 desses, numa área de proteção desse tipo? Quer dizer, são detalhamentos sobre o que falar, sobre a fauna, sobre a
121 flora, sobre a água, sobre as paisagens, sobre a vegetação. Entende, é um documento essencialmente técnico da área
122 ambiental. Está certo, Maria Carmem? Quer dizer, é por ali que se caminha. De minha parte, como eu estou
123 acostumado a uma cultura assim, de tudo muito devagar no Brasil, eu acho interessante que a gente está avançando
124 aí, já está, o momento que se caminha, a criação, já estamos montando uma documentação que garante a sua
125 utilização adequada. Sempre me lembra uma entidade norte americana, chamada ODUBOM SOCITY, que é um
126 grupo de milionários norte-americanos que disseram assim: “Olha, nós compramos uma área muito importante para

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

127 ser preservada...” Tipo o Grand Cânion Colorado, mas disseram assim: “Se nós vamos pedir para o governo, vai
128 levar um monte de tempo para criar.” Sabe o que eles fizeram? Compram, compram gigantescas áreas, a mais de 200
129 anos, milionários nos Estados Unidos, e seguram. Fazem um documento, hora que estiver legalizado, entregam para
130 o governo. Isso é interessante, para garantir, porque aqui, se você anuncia que uma área vai ser preservada, começa a
131 derrubada, começa a caça, começa a exploração. É interessante a gente avançar, eu acho positivo isso, pessoalmente
132 acho positivo.

133 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Muito bem, minha gente, meus conselheiros. Considerando a
134 manifestação e a análise que foi feita pela nossa câmara técnica, e as outras considerações que foram feitas aqui,
135 proponho que se vote a aprovação desse plano de manejo... desculpa, o termo de referência, que foi analisado, e de
136 uma certa forma aprovado, e se alguém tem mais alguma consideração antes da votação...

137 **JUPITER PALAGI DE SOUZA, DA OAB/RS:** Eu quero colocar aqui, a nossa consideração do que a
138 FIERGS está fazendo, é muito oportuna, de lembrar essa situação legal. E fazer o máximo de esforços para que isso
139 se torne no futuro, uma questão que o governo realmente trate com muito carinho, para não se ter problemas futuros
140 aí. Nos Estados Unidos é uma situação, aqui é outra, então, é essa a nossa posição, da OAB, no sentido de que
141 ficamos ao lado da FIERGS, com relação às suas considerações. Acho muito importante o que está sendo feito, mas
142 que o governo não perca esse viés de tornar a situação legalizada, (...) que o governo não perca esse viés aí, até para
143 garantir que isso não se torne um problema para o futuro.

144 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Podemos votar? Se concordam que o termo de referência, com este
145 parecer, possa ser encaminhado assim? então, meus conselheiros, fiquem como estão, se votam como sim. Então,
146 está aprovado pela maioria do plenário. Professor Buckup, o próximo assunto, por favor.

147 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, SUPLENTE DA FIERGS:** Na verdade foi feito a votação para
148 quem é favorável, mas quem é contrário ou se absteve, não foi solicitado manifestação.

149 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Uma explicação do procedimento que eu estou adotando, não sei se é
150 o que o Dildo adota. Quem fica como está, manifesta sim; quem não fica como está, ou seja, se manifesta de uma
151 outra maneira, ou se abstém ou vota não. Então, que se anote que o voto da FIERGS é contrário. Então, a FIERGS é
152 contrária ao encaminhamento do termo de manejo dessa forma. Não contrária a criação da unidade de conservação,
153 na verdade não fazer o trâmite como deveria ser. Está registrado. Professor Buckup, por gentileza o próximo assunto.

154 **JUPITER PALAGI DE SOUZA, DA OAB/RS:** Eu gostaria, em nome da OAB, abster-me dessa
155 posição, até em consideração ao colega da FIERGS, que está fazendo uma posição contrária.

156 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Professor Buckup.

157 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Bom, vamos em frente. Agradecendo as contribuições dos colegas, sem
158 dúvida vamos ajudar no trabalho lá na câmara, aqui no plenário também. Há um outro assunto que nos preocupou
159 bastante, nos ocupou bastante lá na câmara, os senhores se recordam, pelo menos quem faz parte da comissão
160 executiva para a qual os colegas nos elegeram, com alguns outros. Lá surgiu uma proposta de que o COMAM,
161 através de suas câmaras ou pelo plenário, começasse a se informar a respeito de um processo que tramita já há um
162 bom tempo, que é um processo que visa licenciar, quer dizer, autorizar, nas várias etapas, o licenciamento prévio, de
163 operação e assim por diante, de um evento que não é bem um evento, mas uma iniciativa imobiliária. Está no
164 processo, eu vou repetir por causa da ata, 0023307420.05.0782-69, que se chama empreendimento urbanístico
165 Fazenda Arado Velho. A secretaria, cortesmente, nos enviou um dos seus funcionários que se apresentou como
166 responsável pelo licenciamento ambiental na secretaria, Paulo Jardim. Muito gentil, compareceu, bem preparado,
167 com vários (...), pilhas de documentos e processos, e na sessão da câmara nos mostrou tudo que se passava.
168 Lembrando sempre que esse processo é de 2012. 2005, sim; mas 2012 é que ele realmente tomou um vulto maior em
169 termos de tramitação. Bom, qual é a origem desta preocupação? Nasceu principalmente da iniciativa do nosso colega
170 Paulo Brack, que representa a INGÁ nesse plenário aqui. Tem algum representante da INGÁ aqui hoje, não veio?
171 Não está. Que trouxe esse desejo de que o assunto viesse até o COMAM. Inicialmente, em termos de informação,
172 afinal, que informação existe para o COMAM a respeito disso? O colega dos senhores aqui da administração, o
173 Paulo, ele nos expôs várias etapas do andamento desse processo ao longo dos anos, e nos surpreendeu no final, com a
174 leitura do que ele chama de parecer final, parecer técnico final. Quanto ao empreendimento urbanístico Fazenda do
175 Arado Velho. Disse mais, analisado sob a ótica do estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. E o
176 parecer relata aí, a participação de inúmeros setores da prefeitura, são oito linhas, em citações aqui. E inclusive,
177 foram estabelecidos nesse parecer, reconhecidas como consideráveis, medidas mitigadoras e tal. Mas de onde é que
178 vem a preocupação, a nossa preocupação enquanto câmara técnica? Acontece que na 5ª Conferência Municipal do
179 Meio Ambiente, foram recebidas e aprovadas pelo plenário, numerosas resoluções. E uma delas disse, item onze das
180 resoluções, foram para a câmara, diz o seguinte. Estabelecer o limite máximo no tamanho dos condomínios, a ser
181 definido por grupo de trabalho instituído pelo executivo municipal, visando minimizar impacto ambiental dos
182 grandes empreendimentos. Mas por que o impacto ambiental deveria interessar na Ponta do Arado? A antiga
183 propriedade da fazenda do doutor Berno Caldas, lá perto do Lami. Acontece que essas resoluções da conferência,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

184 sem dúvida instrumentam a definição da política ambiental do município. Inclusive, eu fui buscar a legislação a
185 respeito do COMAM e da própria secretaria, e diz assim. o Conselho Municipal do Meio Ambiente, que foi criado
186 pela Lei Complementar 369, de 16/01/96; e depois regulamentado pelo decreto 11508, é órgão de participação direta
187 da sociedade civil na administração pública municipal, atuando em caráter consultivo e deliberativo. Tem
188 competência para propor e formular políticas municipais do meio ambiente, e acompanhar a sua execução. Está
189 escrito na lei. E diz que constituído por 27 membros, dá detalhes, regimento bem detalhado quanto a isso aí. Então,
190 eu tomei a liberdade de perguntar ao funcionário Paulo: “Vem cá, por que essa matéria nunca veio ao COMAM,
191 muito menos à câmara?” “Não, não precisava, não é obrigatório.” E confesso que fiquei um pouco inseguro, porque
192 se o COMAM tem toda essa tarefa importante, definir deliberativamente a política ambiental do município, por que
193 isso não vem para cá, por que nunca veio para cá? Porque vejamos, o parecer final, que vai para a CAUGE, é o setor
194 que vai definir as coisas a nível de prefeitura lá no executivo, aqui diz que é parecer final. Eu me pergunto, como é
195 que se pode elaborar um parecer final com a assessoria técnica da secretaria, sem ouvir o órgão máximo deliberativo
196 do meio ambiente no município, que é o COMAM. E eu vi que o colega Paulo não se posicionou, apenas insistiu que
197 não era obrigatório. Eu digo: “Mas o senhor não acha interessante que venha?” “Até pode...” Mas não é, eu acho que
198 isso é essencial, nós somos o órgão máximo de definição da política municipal. E que política é essa? Ora, nós todos
199 sabemos que a região sul do município, que se inclui a área da Fazenda do Arado, é uma das poucas áreas
200 remanescentes do município, que ainda tem uma quantidade razoável de paisagens de alta qualidade ambiental, uma
201 diversidade biótica bastante apreciável. Então, qualquer investimento volumoso na área imobiliária nessa região, tem
202 que passar pelo crivo das políticas definidas para o município. Até alguém levantou: “Vem cá, quer dizer que o
203 COMAM, a nossa câmara, o último processo importante que nós tratamos lá foi a autorização para construir um
204 banheiro numa creche particular, no bairro Teresópolis.” Senhores, eu não vim para cá, os colegas também não, para
205 definir banheiro numa creche particular. Nós temos que participar da definição das políticas maiores, desse tipo de
206 processo, inclusive. E digo mais, este parecer técnico final, como está escrito aqui, ele tem um perfil fortemente
207 laudatório, ou seja, ele realça as muitas compensações, as vantagens, os benefícios que adviriam para esse ou aquele
208 aspecto. O que o COMAM tinha que saber, afinal de contas, são 400 hectares. Nós tínhamos que saber quanto da
209 vegetação nativa da zona sul, a preciosa vegetação remanescente da zona sul, serão afetadas por esta obra imobiliária,
210 qual é a repercussão social, econômica, qual é o grau de particularização, de privatização de bens da natureza estão
211 incluídos aqui, em detrimento do bem público, é conservação da natureza. Nós temos que discutir isso aqui. Então,
212 discutimos, conversamos, e ficamos encarregados. A Andreia, que me assessora nessas questões, me corrija se eu
213 estiver errado, o pleito que eu gostaria que ficasse registrado aqui, é que daqui para frente, já neste caso, qualquer
214 tipo de proposta de intervenção imobiliária no município, em áreas superiores a 50 hectares, venha para o COMAM e
215 seus órgãos, antes de ir para os demais setores deliberativos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ou da
216 própria prefeitura. Esse é o pleito que a área técnica deseja trazer a este plenário. Fico a disposição para mais
217 esclarecimentos, se desejarem.

218 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Manifestação dos conselheiros? A SMAM quer se manifestar, pelo
219 seu Mauro Moura.

220 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Eu posso me manifestar, Mauro Moura, não bem como SMAM, mas com a
221 minha experiência profissional nesse assunto. Que nós, na SMAM... eu não estou aqui trazendo uma posição do
222 secretário, o professor Buckup. Eu entendo que o licenciamento ambiental é o pior instrumento de gestão ambiental
223 que existe. Ele é um instrumento que, sozinho, ele é um instrumento de degradação ambiental, e não de gestão
224 ambiental. O instrumento de licenciamento ambiental, sozinho, ele permite a degradação. Nós somos bonzinhos,
225 permitimos a intervenção numa área, seja uma indústria, seja um loteamento, e dizemos assim: “Lança o teu efluente
226 assim, assim e assado... e faz isso aqui.” Mas nós permitimos a intervenção antrópica em qualquer loteamento,
227 indústria ou coisa privada. Então, o licenciamento ambiental, solito, é um instrumento de degradação ambiental. E eu
228 quase apanho dizendo isso, aqui na SUMAM e lá na FEPAM. Porque a FEPAM é um órgão de licenciamento, e não
229 de gestão. Então, o que eu quero dizer com isso? Tem um trabalho lá na FEPAM, que vocês devem ter, está no site
230 da FEPAM, quem quiser olhar com mais cuidado, está lá no site, é na biblioteca digital da FEPAM. Onde foi, lá na
231 Bacia do Ibiquí e Ijuí, lá em cima, foi feito um estudo, primeiro pelo setor elétrico. E lá tinha 34 aproveitamentos
232 hidroelétricos, para geração de energia, nessas duas bacias. E decidiram com a ANEEL, a Agência Nacional de
233 Energia Elétrica, e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazer um estudo ambiental sobre onde era
234 possível, quais eram ambientalmente possíveis de serem licenciados. Ou seja, toda uma bacia hidrográfica e 34
235 empreendimentos. O órgão ambiental, como é muito ruim, junto com a universidade que também não é santa,
236 decidiram que só 14 podiam ser licenciados, dos 34. É óbvio que não vai dizer que os 34 poderiam. Agora, vamos
237 ver o resultado disso, que hoje é usado como metodologia em todo o país. A ANEEL usou essa experiência no Rio
238 Grande do Sul, feito com a FEPAM e UFRGS, para todo o Brasil. Essas 14 representavam 60% da energia firme das
239 34, o que é um ganho ambiental violento. E essas 14 representavam só 20% da área alagada das 34. Vocês podem
240 imaginar que em rios encaixados, que o ser humano nunca destruiu aquelas matas ali, não conseguia subir, é de uma
241 importância imensa. Ou seja, das 34, dos 100% de possibilidade de alague, só se alagaria 20% e se geraria 60% da

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

242 energia firme da bacia. Quem quiser olhar a metodologia, entra lá na revista digital da FEPAM. O que eu quero dizer
243 com isso, professor Backup? Eu quero dizer que se a gente fosse licenciar com a EIA RIMA, qualquer uma das
244 outras 20, provavelmente ela seria licenciada. E nós iríamos impedir, por causa da represa, o licenciamento de uma
245 que fosse menos impactante. Então, assim, um trabalho de gestão mostrou onde é que o licenciamento deve agir, e
246 não o contrário, não o licenciamento agindo sobre as bacias hidrográficas sem gestão. O que eu quero dizer com
247 isso? Eu quero dizer que eu entendo que não cabe aos conselhos, tem um conselho que faz isso, tem o Conselho
248 Urbano Ambiental na cidade que já aprova essas coisas, tem representantes de ONGS, de todo mundo lá. Mas não, o
249 que cabe à cidade, através de um bom plano diretor, é definir o que é da cidade, para que o órgão ambiental possa
250 licenciar. Não vejo que caiba ao COMAM olhar licenciamento ambiental. Para mim, cabe ao COMAM, não sei de
251 que forma, eu participo há muito pouco tempo da prefeitura, mas trabalhar que a gente tenha gestão, que se diga onde
252 o órgão ambiental pode licenciar. Aliás, essa é uma falha muito grande da SUMAM. Nós estamos já conversando
253 com o prefeito, enfim, para criar uma supervisão aqui, que na FEPAM o senhor conhece, chama Departamento de
254 Qualidade Ambiental, para que a gente possa ter o melhor conhecimento ambiental da cidade, e interferir nas (...) de
255 plano diretor, na melhoria do plano diretor, para saber aonde licenciar, para não usar o instrumento de licenciamento
256 como um instrumento de degradação bonitinho. A gente dá as condições, pode degradar. Então, eu entendo que não
257 cabe ao COMAM participar de licenciamento; cabe ao COMAM, de alguma forma, participar das decisões de gestão,
258 para a gente saber onde é que pode licenciar. Mas isso é opinião minha, eu digo, não é da secretaria. Eu não posso
259 falar em nome do secretário, sem ter conversado isso com ele, eu não sabia, eu vim para a minha pauta ali, não vim
260 para isso. O Arado Velho, eu participei um pouco desse licenciamento, eu já peguei ele quando vim para cá, e nós
261 estamos tendo ali um ganho ambiental, agora, se eu soubesse, eu tinha trazido os números. Mas assim, nós estamos
262 criando a proposta, é a criação de uma RPPN, que é um terço ou algo que o valha, de todo o loteamento. O
263 loteamento vai ser basicamente colocado em cima das áreas que eram de plantação de arroz, se não me engano, e
264 toda aquela parte que é do morro, onde está a casa do próprio Breno, toda aquela área lateral do rio, que tem uma
265 mata, não digo virgem, porque aquilo lá foi ocupado há muito tempo, mas uma mata importante. Ou seja, mais de um
266 terço do terreno está sendo transformado em RPPN, numa negociação que nós fizemos aqui ao longo de um ou dois
267 anos, não sei. Então, a SMAM está querendo tomar cuidado com aquilo, até para que não haja invasão e que não seja
268 tudo destruído. Mas foi analisado, mas sinceramente eu acho que nem o COMAM, nem o CONSEMA, devem
269 participar da análise de licenciamento. Eu acho que devem participar sim, para que o órgão licenciador possa tomar
270 decisões em cima de sistema de gestão. Mas eu volto a dizer, fica na gravação que é opinião minha, e não da
271 secretaria.

272 **RICARDO NORBERTO AYUP ZOUAIN, DA UFRGS:** O Art. 133 da Constituição Federal é claro
273 em relação ao aspecto de urbanização, e o Estatuto das Cidades 2251/2001, que foi atualizar a nova legislação, ele é
274 claríssimo, tanto no Art. 42 quanto no Art. 43, a respeito do que é o plano diretor e a distribuição específica do
275 aspecto urbano. Só dois (...) tem a ver com a parte que diz respeito ao que se refere ao aspecto ambiental. Como são
276 minhas disciplinas, tanto na graduação como na pós graduação, há 35 anos, eu tenho um pouquinho de domínio
277 disso, suficiente, nas áreas de engenharia ambiental, engenharia cartográfica, urbanismo e engenharia civil. Então,
278 nós não podemos ultrapassar limites que estão bem consolidados na Constituição Federal, e principalmente nessa
279 legislação maior, que ela é adequada. (...) que a política que vai colaborar para que essa função, que deverá ser
280 executada pelos técnicos, (...) são de altíssima relevância para poder habilitar ou não, na parte de permitir ou não o
281 licenciamento, e que seja cumprida à risca toda a legislação vigente. Quer seja a ambiental, como o resto, ao que diz
282 respeito ao uso da água, a que diz respeito a outras restrições dentro do sistema de bacias. Não é somente o que diz
283 respeito ao meio ambiente, a tudo. E tem um plano diretor que é aprovado para municípios de mais de vinte mil
284 habitantes, que também acreditamos quando isso é elaborado. E discutido no seio também dos conselhos, ou
285 municipais ou os conselhos estaduais, que vá refletir exatamente qual é a vocação e a tendência que esse município
286 quer. Então, eu acredito que nós temos isso bem claro, que nós não podemos ultrapassar limites. É uma área
287 extremamente multidisciplinar, e quando nós pretendemos ter o respeito dessa interdisciplinaridade no convívio e na
288 construção do meio urbano, da cidade urbana, nós precisamos também respeitar os limites do conhecimento de cada
289 um de nós. Então, acredito que nós temos aqui uma função que, se atuar, se definir, se decidir, mas de quais serão as
290 políticas. E não de estarmos substituindo o trabalho do (...), que é contratado, que faz o dia a dia das construções da
291 cidade ou do estado, porque ele é quem tem essa função precípua. Nós, que habilitamos seres no CREA, na OAB, no
292 Conselho de Química, no Conselho de Biologia, para que ele atue, não nós vamos substituir ele no que é seu dia a
293 dia. Essa é a posição que eu tenho, como uma das instituições que forma profissionais para atuarem no mercado de
294 trabalho, que é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

295 **ANDREIA LOGUERCIO, DA UFRGS:** O professor vai dizer que eu sempre complemento, ou explico as
296 apresentações dele, mas o que eu queria deixar bem claro, e isso talvez tenha perpassado para alguns assim, sem o
297 detalhamento daquilo que ele leu no papel do COMAM, e daquilo que ele leu também, a respeito da resolução 11, do
298 11º item da conferência, a câmara técnica não entende que ela deva substituir o corpo técnico, e nem que seja papel,
299 nem do plenário nem da câmara, fazer a tarefa licenciadora. O que mais uma vez é o que a gente vê, e eu acho que

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

300 vai de encontro ao que o Mauro estava falando, é que a cidade continua carecendo de um zoneamento ambiental.
301 Então, esses empreendimentos, eles vem de um modo isolado, porque nós continuamos não fazendo. A gente já
302 discutiu, o Mauro e eu, várias vezes essa mesma questão. Como nós não temos um olhar unificado, o corpo técnico
303 acaba se debruçando em cima dos empreendimentos pontuais. Não foi o que a câmara fez, não foi uma crítica à
304 oposição do corpo técnico da SMAM. O que nós queríamos deixar claro, é que a gente continua entendendo como
305 urgente a qualificação dos procedimentos, a qualificação tanto do corpo técnico da secretaria. Nós já vínhamos
306 cobrando, de outras reuniões, a questão de se poder mapear isso, e aí nós fomos surpreendidos, está em alguma das
307 atas que estão para serem lidas hoje, a questão de que não existe a disposição da secretaria, um sistema
308 georreferenciado, não existe um SIG. Então, não é possível olhar o todo, e que nós, como câmara técnica,
309 entendemos que para fazer uma política ambiental de proteção às áreas naturais, e aquelas consideradas de relevante
310 interesse ambiental, é preciso que se olhe o todo, e não empreendimentos de modo isolado. Não sei, professor, se eu
311 acabei desdizendo alguma coisa que o senhor disse, ou se mais uma vez eu tentei debulhar as ideias já debatidas
312 dentro da câmara.

313 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Eu acho que a intervenção da Andreia, como sempre, muito feliz, muito
314 apropriada, e deixou bem claro. Eu quero dizer ao Mauro, e dizer aos demais que se manifestaram, longe de nós
315 querermos interferir no processo de licenciamento, isso é uma questão técnica que as pessoas daqui fazem a luz da
316 lei, das normas que existem. O que nós estamos cobrando é uma definição por parte do conselho, de uma política
317 mais ampla que defina as áreas que precisam ser preservadas no município de Porto Alegre, não existe. Então, como
318 bem falou a Andreia, secretário, hoje em dia se resolve isso assim, de licenciamento em licenciamento. Daqui a
319 pouco aparece outro, e vai indo, tudo fica perfeito a luz da lei, está certo, licencia, ganha um parecer favorável, se
320 constrói, se derruba... Entende. Isso não é política, isso aqui tinha que se submeter às diretrizes gerais da política
321 ambiental do município, que não existe. Essa é a nossa cobrança.

322 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Professor, Alex falando, é que a sua proposição inicial, ela nos deu a
323 entender que haveria justamente uma intervenção no nível de projeto. No nível de projeto é o licenciamento; no nível
324 de política, a gente tem os planos e programas anteriormente. E isso é, obviamente, este é o papel do COMAM.
325 Então, eu imagino que a manifestação do Mauro tenha sido de esclarecer isso, que a sua proposição foi, pelo menos
326 aparentemente, foi de uma espécie de intervenção em loteamentos ou em áreas superiores a 50 hectares, o que talvez
327 realmente merecesse uma discussão maior. Porque isso é no âmbito técnico, essencialmente técnico, e nem todas as
328 pessoas do COMAM são do âmbito técnico, essencialmente técnico. E aí, a gente ia submeter um instrumento
329 essencialmente técnico, e muito detalhado, e bastante especializado, a pessoas que talvez não tivessem condições de
330 analisar aquela técnica. Embora aquela técnica, como o Mauro está dizendo, tenha que estar submetida a algum tipo
331 de política. E como ele mesmo disse, o licenciamento ambiental, como um instrumento de gestão sozinho, ele é um
332 instrumento muito parco. Ele, sem o acompanhamento de um macrozoneamento ambiental, digamos assim, ele
333 fragmenta de tal forma o ambiente, que realmente, de licenciamento em licenciamento a gente vai ter, certamente,
334 uma cidade não tão boa em termos de qualidade ambiental, como deveríamos ter. conselheiro, o seu nome e a sua
335 manifestação, por favor.

336 •
337 • **CARLOS SILVEIRA, DO CREA:** Sem desmerecer o assunto que está em pauta, que nós estamos
338 discutindo, a minha intervenção é só no sentido de alertar que a nossa pauta hoje está longa. Eu entendo até que
339 tem convidados que vieram apresentar trabalhos aqui. Nós já estamos praticamente uma hora nesse item, daqui a
340 pouco o pessoal, por compromissos externos, começam a sair, daqui a pouco não temos nem quórum. Era só
341 essa a minha intervenção, eu acho que deveria ser cuidado o tempo para o cumprimento da pauta. Obrigado.

342 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Registrado, vamos considerar isso com firmeza.

343 **RICARDO (...), MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS:** Só para colaborar um
344 pouco mais com a discussão, a questão é que se são empreendimentos com mais de 50 hectares, eles já tem uma
345 relevância política, ou melhor, uma relevância para a política maior. Então, às vezes são questões que não são só
346 técnicas que tem que ser pensadas, quando se trata de um empreendimento desse monte. Então, que de repente, e eu
347 acho que talvez por isso esse critério, porque poderia dizer: “Não, todos tem que vim para cá.” Não, não são todos.
348 Porque na verdade, essa distinção entre o que é técnico e o que é político, também nem sempre é tão clara. Algumas
349 interpretações técnicas são feitas em função de compreensões políticas. Então, nesse âmbito, quando se tratar, talvez,
350 realmente de empreendimentos de maior monta, que nós possamos refletir sobre a coerência deles com as políticas,
351 com base nas informações técnicas, talvez seja interessante.

352 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Professor Buckup, se for o seu comentário final, seria importante, até
353 por conta da pauta.

354 **LUDWIG BUCKUP, DO IGRÉ:** Eu quero agradecer ao Alex, que tem me ajudado a ser mais claro no que
355 eu não soube fazer. Não se trata de vim aqui para interferir no processo de licenciamento. Eu acho que o COMAM

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

356 tem que tomar conhecimento, assim, não só na câmara, que esse projeto lá seja mostrado para todos, para saber qual
357 é a realidade hoje dos grandes empreendimentos municipais.

358 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Muito bem, alguma sugestão de encaminhamento?

359 **JUPITER PALAGI DE SOUZA, DA OAB/RS:** Só aproveitando a colocação, eu acho assim, nós temos
360 que pensar no plano nacional de urbanização, e o plano municipal, que existe. Então, essa questão política é muito
361 importante na avaliação de como vai ser feito essa liberação. Até mesmo porque toda cidade gira em torno de um
362 projeto urbanístico. É transporte, é hospitais, é toda uma infraestrutura, e se nós não pensarmos isso num conjunto,
363 nós vamos ter, daqui a pouco, toda uma situação de caos.

364 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Senhores conselheiros, esse escopo da apresentação que o professor
365 Backup fez, ele ganhou vários contrabandos, digamos assim, em termos de demanda. Eu lhes sugiro que a gente, de
366 alguma forma, rediscuta os encaminhamentos que estarão nesta ata aqui, dentro da câmara técnica, para que a gente
367 possa ter uma avaliação mais objetiva desse assunto nas próximas plenárias. Se pode ser assim, fiquem como estão.
368 Eu vou passar, então, ao item de aprovação da (...). Muito obrigado, professor Backup. Imagino que os conselheiros
369 devam ter recebido as atas das reuniões que ainda as atas não foram aprovadas, e eu gostaria de saber se algum
370 conselheiro tem alguma manifestação em relação ao que leu a essas atas.

371 **CARLOS SILVEIRA, DO CREA:** Não é uma contestação, eu gostaria até de esclarecer uma dúvida. Se as
372 atas só podem ser aprovadas na atual sistemática. Eu li grande parte das atas, mas nós temos uma ata, por exemplo,
373 que tem 1800 linhas. E tu ler num sistema eletrônico é difícil, e se tu for imprimir, vai muito papel também, é um
374 desperdício. Eu participei de diversas reuniões, de diversas... Não tem como se fazer uma ata resumida, para que a
375 gente possa ler. É como agora, nós ficamos uma hora discutindo um item, nós vamos ficar uma hora lendo esse item.
376 Objetivamente, qual foi a conclusão? É isso que eu digo, a minha questão é só essa, seria possível se fazer uma ata
377 resumida, que a gente pudesse ler e dizer: “Isso foi negado, isso foi aprovado, isso foi discutido.” E assinar. É isso aí.

378 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Eu imagino que exista alguma condição regimental para isso, mas
379 temos duas contribuições, eu espero ficar só em duas, o Mauro Moura primeiro, por favor.

380 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Agora eu vou falar na condição de síndico de edifício. Mauro Moura. Nós
381 temos dois tipos de documentos, um se chama ata e o outro se chama transcrição. Me parece que as resoluções do
382 COMAM são mais no nível de transcrição do que propriamente ata. Eu acho que deveria ter a transcrição, se ela é
383 feita, e a ata, realmente, resumida. Item 1, foi decidido que esse assunto vai continuar tendo tratamento lá na câmara
384 técnica. Eu concordo com ele, porque transcrição é uma coisa, ata é outra.

385 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Nada que a Alaides não dê conta.

386 **ANDREIA LOGUERCIO, DA UFRGS:** O problema de ficar muito tempo em alguns lugares, no meu
387 caso e de alguns outros aqui na câmara técnica, é que as coisas tornam cíclicas. Então, só para esclarecer, as atas
388 eram feitas de modo resumido, e foi solicitado por essa plenária que fossem consideradas como atas, todas, cada
389 suspiro de cada pessoa da plateia. Quem leu as últimas atas enviadas, viu que a melhor ata que nós temos é a ata da
390 reunião que se perdeu a transcrição, porque é uma ata verdadeira, enxuta, expedita e objetiva. Mas isso foi uma
391 decisão deste colegiado, que queria todos os seus suspiros devidamente registrados. Se o colegiado deliberar, não
392 está regimentado, mas se houver uma deliberação ao contrário, não existe em regimento nada que não permita.

393 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Eu vou fazer um parênteses nesse assunto, para que vocês se
394 manifestem sobre as atas, e se não houver manifestação, que por favor, vamos votar as atas. Não havendo
395 manifestações, eu gostaria de votar as atas em bloco. Permaneçam como estão, se aprovam as atas, por favor. Então,
396 temos unanimidade na aprovação das atas. Nós podemos constar em ata que agora, uma decisão do plenário, digamos
397 assim, que é um contrabando na nossa pauta, de que as nossas atas agora serão transcritas e terão também o item,
398 para agradar a gregos e troianos, menos a Alaides. Se vocês acham que isso é importante, vocês terão, quem quiser
399 ler tudo, leia tudo, e quem quiser ver as decisões, tem as decisões. Os conselheiros concordam com esse
400 encaminhamento? Então, está encaminhado desta forma. O nosso próximo item, vamos voltar aqui. A gente convida
401 o Sérgio Tomazzini, que é o diretor da DPPJ, (...) PROJETO SMAM, para nos evidenciar o trabalho que foi feito
402 junto com o IPT, em relação ao risco das árvores.

403 **SÉRGIO TOMAZZINI, DO DPPJ:** Boa tarde a todos. O meu nome é Sérgio Tomazzini, eu sou engenheiro
404 agrônomo aqui da SMAM, e atualmente estou responsável pela divisão de parques, praças e jardins, como diretor. E
405 atendendo à solicitação do COMAM, a gente preparou uma apresentação aqui, para esclarecer o conselho sobre esse
406 trabalho que está sendo desenvolvido ainda com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, sobre avaliação
407 de risco de um grupo de árvores aqui na cidade. Então, o objetivo da apresentação é esclarecer sobre esse contrato
408 firmado com o IPT e sobre como esse trabalho está acontecendo. Então, o título da proposta de trabalho que nós
409 encaminhamos junto ao IPT, é Estado Fito Sanitário, Análise de Risco e Treinamento para Avaliação de Árvores na
410 Condição Urbana. Então, o contrato firmado com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo.
411 Enfim, um breve histórico assim, sobre essa questão da avaliação de risco, ela é uma preocupação já bastante antiga
412 da SMAM, desde quando os nossos antepassados da SMAM, eu digo assim, os técnicos que nos inspiraram aqui,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

413 começaram a provocar essa questão do melhor planejamento de melhor manejo da arborização urbana. Na elaboração
414 do plano diretor da arborização urbana, já se falava sobre essa necessidade de se qualificar o trabalho da avaliação
415 das árvores urbanas do manejo, incluindo o monitoramento de risco. Então, nessa época, os técnicos da SMAM já
416 haviam feito alguns estudos sobre tecnologias disponíveis para se fazer a avaliação interna das árvores, a Magda eu
417 acho que participou, não sei, desse trabalho. Mas quem capitaneou muito esse trabalho foi a Maria do Carmo
418 Sanchotene, nós temos documentos aqui na biblioteca da SMAM de toda revisão que foi feita na época assim, do que
419 havia de mais avançado em termos de manejo da arborização, e já se havia levantado naquela época, alguns
420 equipamentos que poderiam nos ajudar, esses equipamentos ainda não estavam disponíveis aqui no país, mas já havia
421 uma intensão, desde aquela época, de se adquirir esses equipamentos. E nós, em 2012, com um grupo de técnicos
422 aqui da SMAM, começamos a rediscutir essa questão da importância da análise de risco, da importância da
423 uniformização dos critérios dos técnicos na hora de olhar para uma árvore e detectar se ela deve ser removida em
424 função de um risco. Nós já estávamos trabalhando, em 2012, na elaboração de um protocolo de análise de risco, com
425 um grupo de técnicos, esse documento não chegou a ser publicado, mas ele já foi quase finalizado. E nós tínhamos
426 intensão de validar ele, justamente com pessoas que já trabalhavam, com pesquisadores que já trabalhavam com a
427 questão da avaliação de risco. Bom, mas então, nós tivemos um episódio ano passado, que todos ficaram sabendo
428 através do meio de comunicação, um episódio trágico no Parque da Redenção, que mexeu de novo nessa questão,
429 assim, numa forma bastante drástica, que foi esse acidente envolvendo a queda de um eucalipto no Parque
430 Farroupilha, no dia 31 de agosto, onde teve vítimas fatais, tivemos uma vítima fatal e outras vítimas com bastante
431 ferimentos, muito graves. Então, com isso, foi levantado de novo a questão de se aprimorar os métodos de avaliação
432 de risco da SMAM, e novamente se levantou essa questão das tecnologias disponíveis, o que se teria disponível.
433 Então, nós fizemos uma proposta, aqui, só para ilustrar o caso, eu acho que muitos de vocês devem ter visto essas
434 fotos. Esse é o eucalipto que caiu na Redenção, é um eucalipto (...), uma árvore de grande porte e densidade de
435 madeira... pode passar para mim. Então, um dia sem vento, sem chuva, o parque lotado, e aconteceu esse tipo de
436 evento, a árvore quebrou na região do colo. Nós fizemos a avaliação dessa árvore, junto com uma equipe de técnicos
437 da SMAM, foi realmente um caso, para nós, surpreendente, porque essa árvore não tinha sintomas externos de
438 deterioração. Ela tinha sim, um processo de deterioração interno, na região do colo, justamente onde se concentra
439 toda a carga de peso, a sustentação da árvore. Essa foto aqui, ilustra na verdade, o processo depois, de retirada da
440 árvore do local. Nós fizemos questão de fatiar essa árvore em pedacinhos, para a gente detectar até onde o processo
441 de apodrecimento da madeira estava se colocando. Então, aqui, já chegando no final desse fatiamento, vocês vejam
442 aqui, ela chegava a uma região próxima dos 30cm do solo, a madeira estava perfeitamente saudável ainda, a gente
443 não podia visualizar nenhum tipo de... Aqui, para ilustrar bem, o último corte que foi feito, a tora saindo sem nenhum
444 sinal de lesão, e abaixo sim, na região do colo, tinha essa necrose que comprometeu a árvore, que fez ela cair. Aqui,
445 só para ilustrar, a fatia que sobrou, a partir daqui, então, ali já é a região das raízes, onde ela quebrou, então, foi
446 realmente um corte bem... O laudo do IGP concordou com o nosso laudo, justamente, eles foram bastante rigorosos,
447 até pela repercussão. Nós lemos depois o laudo do IGP também, foi muito parecido com o nosso, no sentido de dizer
448 que não tinha como se detectar, nesse caso, uma situação de risco, sem uma avaliação interna dessas áreas. Bom,
449 então, chegando... O IGP, Instituto Geral de Pesquisas. Bom, então, chegamos, fizemos uma proposta. E é importante
450 colocar aqui, por que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo? Por que nós buscamos auxílio do Instituto
451 de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo? A SMAM tem uma ligação muito forte com a Sociedade Brasileira de
452 Arborização Urbana, nós temos vários técnicos aqui que foram precursores da sociedade. Nós acompanhamos os
453 congressos anualmente, e vários técnicos participam dos congressos, e nós sempre tivemos duas referências, dois
454 nomes referência em termos de avaliação de risco no Brasil, que é o professor Rude Arno Sais, já falecido, da Escola
455 de Florestas da Federal do Paraná. Era uma das maiores referências que ministrava todos os cursos, ele estava
456 buscando mapear toda a metodologia de avaliação de risco a nível mundial, teve várias publicações nesse sentido.
457 Ele estava trabalhando em cima de um protocolo também, de análise de risco, era nossa referência. E a nossa segunda
458 referência é o Sérgio Branzolim, que é técnico do IPT, que passou, então, ele foi, digamos assim, o substituto natural
459 do Rude, pelo envolvimento dele com a avaliação de risco. Ele começou trabalhando no IPT com a avaliação de
460 madeira em estruturas de prédios históricos, e ele acabou se deslocando para essa parte de avaliação de árvores, (...) vivos.
461 E desenvolveu lá, uma metodologia de trabalho, que hoje é a única metodologia bem estabelecida que nós
462 conhecemos aqui no país, e é referência. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas também é uma instituição de
463 pesquisas, então, nós buscamos essa isenção. Porque quando houve esse evento, nós fomos bombardeados de e-mails
464 de fornecedores, importadores de equipamentos, que estão começando a importar alguns aparelhos como tomógrafo,
465 como o (...)... então, enfim, muitas promessas desses equipamentos, e muita insegurança de nossa parte, de saber se
466 esses equipamentos realmente funcionavam para a nossa realidade. Nós já havíamos assistido o professor Rude
467 falando, já havíamos assistido o Sérgio Brazolim falando. O Sérgio já havia feito muitas pesquisas com aparelhos,
468 inclusive, porque ao desenvolver a metodologia do IPT, eles pesquisaram muito a eficiência dos aparelhos que
469 existiam disponíveis no mercado internacional, então, nós tivemos muita cautela de se comprar um equipamento que
470 não fosse ser útil, ou que fosse pouco útil para nós, e sem ter o treinamento adequado dos nossos técnicos para fazer a
471 operação desses equipamentos. Porque eles sem treinamento, eles não tem sentido nenhum. Bom, o objeto da carta

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

472 contrato com o IPT, então, é a avaliação do estado fito sanitário, a análise de risco de 150 árvores, e treinamento em
473 diagnóstico de análise de risco de queda de árvores, por meio de curso teórico prático, com duração de 40 horas para
474 os técnicos da SMAM. Nós procuramos (...) esse contrato, justamente a formação dos técnicos, porque nos
475 interessava nos apropriarmos da metodologia do IPT. Não somente a gente contratar um serviço, para avaliar árvores
476 que a gente colocou sob suspeita, que depois eu vou falar sobre isso. Mas também, a gente se apropriar, transferir
477 esse conhecimento para os nossos técnicos, para que a gente possa, efetivamente, qualificar o nosso trabalho. O valor
478 total da carta contrato é de R\$97000,00, sendo que R\$61000,00 é para a avaliação do estado fito sanitário do grupo
479 de árvores que nós selecionamos, e R\$36000,00 para o treinamento em diagnóstico e análise de risco para os
480 técnicos. A parte técnica dessa avaliação, que eu acho que é o que interessa mais a vocês saberem, como trabalha o
481 IPT. Ele trabalha com três etapas de avaliação, a primeira etapa se trata de uma análise externa dos indivíduos, que é
482 basicamente a metodologia que nós já trabalhamos na SMAM, é o recurso que nós temos hoje, é trabalhar com
483 avaliação externa, que ainda é o carro chefe de toda metodologia de avaliação, é a avaliação externa, que vai detectar
484 os principais problemas e os principais riscos envolvidos na estrutura de uma árvore. Claro que o IPT tem alguns
485 conceitos que eles estão utilizando, mais ligados à engenharia, aplicados à árvore, que para nós também é um pouco
486 novidade, que a gente está procurando se apropriar com esse contato. Então, a análise externa, é basicamente os
487 dados (...) da árvore, o estado (...) sanitário, condição do entorno do solo, das restrições ao crescimento da árvore,
488 estado geral e práticas de manejo, já feitas com podas mal executadas, enfim. A segunda etapa, então, aí entra a
489 análise interna. Então, aqueles indivíduos que não, quando não se consegue informação suficiente através de uma
490 avaliação externa, para se chegar a um diagnóstico do indivíduo, ele é submetido para uma avaliação interna, para se
491 verificar o estado interno da madeira, principalmente para indivíduos com idade mais avançada, que tem tendência a
492 uma deterioração muitas vezes oculta. Então, essa é a etapa que utiliza esses equipamentos, então, que foram muito
493 divulgados, que é o (...) e o tomógrafo. Então, a prospecção interna é para quantificação dos processos de
494 deterioração interna, é quantificar o quanto de madeira saudável tem, e qual é o avanço da deterioração. E a terceira
495 etapa, então, enfim, é a análise desses dados que foram coletados a campo, isso é feito, daí o pessoal do IPT que
496 passou três semanas aqui, somando a avaliação externa com a avaliação interna, fazendo a avaliação das árvores. E
497 então, passou a fazer a avaliação desses dados já em laboratório, com os dados quantificados e passando a nos enviar
498 informações, então, que ainda não estão concluídas. Essas informações vão ser concluídas agora, em meados de abril,
499 quando nós teremos o relatório final da avaliação. Aqui, eu acho que eu não vou entrar, é só o cronograma de
500 execução em semanas, são treze semanas de execução no total, desde o início dos trabalhos do IPT. Bom, e sobre a
501 seleção, então, dos 150 indivíduos que nós selecionamos para essa avaliação, obviamente não teríamos como fazer
502 avaliação de todas as árvores da cidade, que são, segundo nos consta, mais de 300 mil árvores, somente nas vias
503 públicas. Mas nós tivemos um critério principal, que é a questão... ou melhor, são três critérios. O porte elevado, e a
504 Redenção, obviamente foi o que despertou esse trabalho, e aquele conjunto de indivíduos, principalmente daquela
505 espécie, foi o nosso primeiro foco. Se essa árvore caiu, sem nós podermos ver o que estava acontecendo
506 internamente, então, essas são as árvores prioritárias para a nossa avaliação. Então, esse foi o nosso primeiro critério
507 de seleção, foi essa árvore da Redenção, mas em função de critérios de porte elevado, e potencial de dano em caso de
508 queda, a idade avançada, em função da maior probabilidade de deterioração interna, e a localização próxima de áreas
509 de intenso fluxo de pessoas. Então, por isso, o nosso trabalho foi mais focado realmente no Centro Histórico de Porto
510 Alegre, onde estão os primeiros plantios da cidade, as árvores mais antigas atualmente, e as árvores sobre as quais a
511 gente tinha, digamos assim, dúvidas em relação ao estado interno delas. E também, precisávamos de maiores
512 subsídios para fazer o manejo dessas árvores. Então, no Parque Farroupilha foram avaliados 86 exemplares; na Praça
513 Marechal Deodoro, na Matriz, 11 exemplares; Dom Feliciano, 3 exemplares; Quinze de Novembro, 2 exemplares;
514 Praça da Alfândega, 3 exemplares; Rua Padre Tomé, 7 exemplares; Parque Moinhos de Vento, somente 1 exemplar,
515 porque é um parque mais novo; e a Rua Gonçalves de Carvalho, 1 exemplar. E outras vias públicas também, que
516 somam 16 exemplares, que nós colocamos na lista em função da antiguidade também. Como esse trabalho foi feito,
517 esse foi o nosso primeiro encontro, quando a equipe do IPT chegou a Porto Alegre, nós fizemos uma reunião com o
518 secretário, com o secretário adjunto, com o Alex, com o supervisor, no Parque da Redenção, no orquidário, para uma
519 discussão sobre como seria esse trabalho, até para integrar os nossos técnicos com os técnicos do IPT. E a partir daí,
520 então, saímos a campo, já fazendo as avaliações, essa é a avaliação externa, a etapa de avaliação externa, tirando
521 alguns dados (...). A avaliação de sintomas externos, aqui, no caso, esse de bonezinho que está apontando lá, é o
522 professor Sérgio Branzolim, do IPT, apontando a questão de cupins arborícolas ali, sinalizando regiões de
523 degradação da madeira. Aqui está o secretário já, recebendo algumas explicações sobre como funciona. Esse
524 equipamento é o equipamento mais utilizado nas avaliações do IPT, é o equipamento que faz uma leitura direta, que
525 é chamado (...). Ele faz uma pequena perfuração de 0,9 milímetros no tronco da árvore, e dá no computador a leitura
526 desse perfil num gráfico em termos de resistência da madeira. Então, a gente sabe quanto tem de madeira saudável e
527 quanto tem de madeira comprometida, através desse tipo de sondagem. Aqui está uma demonstração do uso, aqui a
528 broca, a gente mal enxerga, fica um furinho muito pequeno na árvore. E aqui já o uso do tomógrafo, que foi utilizado
529 em bem poucos casos. O tomógrafo foi muito divulgado, foi vendido a imagem como um equipamento que iria
530 solucionar os problemas. Em contato com o pessoal do IPT, justamente fomos informados do contrário, que ele é um

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

531 equipamento que sozinho não é suficiente para se ter um diagnóstico seguro da árvore. Normalmente, quando se usa
532 o tomógrafo, é para complementar algum dado do penetrógrafo. Sem o penetrógrafo, ele não sustenta como um dado
533 forte para tirar um diagnóstico. Bom, a partir dessa avaliação, então, passamos a receber boletins de manejo
534 preventivo, e isso estava previsto no nosso contrato do IPT, de manejo de algumas árvores que o IPT já, nas suas
535 análises até o momento, já detectou, antes mesmo do relatório final, já nos recomendou fazer o manejo. Desses
536 boletins, nós temos cinco indicações de podas, e nove indicações de remoções. Então, somente para vocês terem uma
537 ideia dos resultados. Daquele agrupamento de árvores, justamente onde houve o acidente, nós temos ali próximo,
538 duas árvores. Nós temos aqui, cerca de vinte e poucas árvores desse conjunto, mas duas delas já foram detectadas
539 também deteriorações internas, que nos levam a tomar a decisão de remover essas árvores, em função dessa
540 deterioração. Aqui um outro eucalipto (...) também, numa outra região do parque. A praça da Alfândega, essa árvore
541 é um guaporuvú. Todas essas que eu mostrei até agora, são árvores que não tem sintoma externo, sinais externos de
542 degradação, mas foi constatado uma deterioração bastante avançada interna da madeira. Essas já são árvores que nós
543 colocamos na lista também, são árvores que tem sintomas externos, aqui um plátano muito antigo na Rua Padre
544 Tomé, e na Gonçalo de Carvalho, mas são árvores também que nós precisávamos de mais subsídios para fazer o
545 manejo delas, até um função do valor histórico que elas tem, do valor cultural que essas árvores tem. Nós colocamos
546 nessa avaliação, e eles recomendaram a substituição dessas árvores em função também da deterioração interna.
547 Então, encerrando o meu relato, eu agradeço a atenção e fico a disposição. Essas são outras fotos que eu ia mostrar,
548 mas eu não vou mostrar agora, porque... em outros casos passados.

549 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Excedeu um minuto, parabéns. Considerações dos conselheiros?

550 **(SEM IDENTIFICAÇÃO):** Só uma pergunta e talvez um comentário em função da resposta. É possível,
551 fazendo as três etapas, garantir que uma árvore não vai cair no dia seguinte?

552 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** A pergunta do Mauro é bem importante, porque nós somos
553 bombardeados pela mídia com essa mesma pergunta. É claro que não, nós estamos buscando uma metodologia, o que
554 tem de mais avançado em termos de metodologia de avaliação. Não estamos falando em equipamentos, mas sim
555 metodologia de avaliação. Mas toda metodologia, ela é sujeita a falhas, então, nós estamos procurando se aproximar
556 sempre do risco zero, sabendo que o risco zero é uma impossibilidade, tratando-se de um ser vivo que está
557 submetido... Exatamente. Assim como nós também estamos submetidos a uma série de surpresas do nosso
558 organismo, que podem nos colocar em comprometimento, uma árvore também está sujeita.

559 **MAURO MOURA, DA SMAM:** É a mesma coisa que garantir que tu não vai morrer do coração, depois de
560 sair do cardiologista.

561 **JUPITER PALAGI DE SOUZA, DA OAB/RS:** Eu acho que tem a ver também, a questão da umidade
562 do solo. Se tu tiver um vento, com umidade do solo, a raiz fica muito vulnerável.

563 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Eu fiz a pergunta, que a resposta era óbvia, mas por uma razão. Quando o
564 juiz morreu, várias pessoas criticaram a SMAM, e mesmo autoridades, disseram que nós íamos tomar providências
565 para que isso não mais ocorresse. E isso não é uma verdade, por mais providências que a SMAM possa tomar, e é
566 impossível avaliar 1200000 árvores, que vocês viram o custo de 150 ali, nós temos que, a medida que a gente
567 trabalha, as nossas organizações, relatar para as pessoas, se elas querem arborização urbana, e é útil a arborização
568 urbana, as pessoas correm riscos. Assim como a gente autoriza usarem moto, o Chile não autorizou, nós autorizamos.
569 A gente corre um risco de morte e de hospitalizações grandes, as árvores são de risco. Por mais que se cuide, há uma
570 possibilidade de risco, e para nós termos essa arborização intensa, nós temos que, nas nossas entidades, enfim, no
571 nosso círculo de amizades, dizer que essa arborização implica num risco para a população. Não que a gente possa
572 garantir que plantar árvore não traz risco algum.

573 **JUPITER PALAGI DE SOUZA, DA OAB/RS:** Não sei se me escapou essa informação, mas essencial é
574 identificar a espécie vegetal. O (...) é totalmente imprestável. Qualquer tipo de arborização, sabidamente, plátano
575 também. Quer dizer, eucalipto é bem mais resistente. E quanto a pergunta, se há risco, não é à toa que o cachorro
576 levanta a perna quando vai fazer xixi. Encontraram um cachorro fossilizado, com uma árvore em cima, com a perna
577 recolhida. Ou seja, a perna é uma defesa.

578 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Serginho, consideração final, por favor.

579 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Só respondendo à pergunta do senhor Júpiter, da OAB, a questão da
580 umidade. Certamente, existem espécies que são adequadas ao solo úmido, e espécies que não são adequadas. No caso
581 dos eucaliptos da Redenção, nós temos um histórico vago de como esses eucaliptos foram parar lá, mas a intensão
582 nos parece, pelo que a gente tem ouvido de relatos também, que foi justamente tentar secar aquele terreno, que é um
583 charco. Então, aquelas árvores foram plantadas lá, talvez não sejam as mais adequadas mesmo, embora haja
584 divergências também de que a espécie adequada para aquela região ou não, mas enfim, que existia uma apropriação
585 muito grande daquelas árvores pela comunidade, que sempre lutaram pela sua proteção. Esse conjunto de árvores,
586 particularmente dos eucaliptos (...), é um dos conjuntos mais marcantes do parque, onde as pessoas tiram fotos,
587 então, existe realmente essa apropriação do...

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

588 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Obrigado, Sérgio.

589 **JUPITER PALAGI DE SOUZA, DA OAB/RS:** Só aproveitar essa colocação, até que na última reunião,
590 eu acho que foi o colega Ricardo que levantou a questão das árvores frutíferas. Aí é uma questão que eu acho
591 importante, porque vai servir, inclusive, de alimentação e tem uma vantagem, até para as aves que vão se proliferar
592 naquela região ali.

593 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Eu convido, de imediato, o nosso supervisor da CPPJ, para fazer a
594 apresentação da próxima pauta, que é o relato da situação do serviço de poda na cidade, executada pela CEEE. Por
595 favor, Leo.

596 **LEO ANTÔNIO BULIN, DA CPPJ:** Boa tarde a todos os conselheiros, o meu nome é Leo Antônio Bulin, e
597 eu sou supervisor de praças, parques e jardins da SMAM. Estou nesse cargo desde o ano passado, e logo que cheguei
598 na SMAM, esse processo de convênio com a CEEE já estava em andamento. Já haviam discussões, inclusive, com a
599 participação do Ministério Público, e nós tratamos de continuar com essas discussões, e vou apresentar como é que
600 está agora esse processo todo. Então, nós tínhamos um convênio anterior, celebrado em 2007, e era SMAM e CEEE.
601 E esse convênio teve seu prazo de vigências esgotado, e nós passamos a fornecer licenças trimestrais, às vezes
602 mensal, e a última que eu concedi à CEEE foi dois meses até, porque eu estava buscando acelerar esse processo de
603 convênio, para nós não ficarmos nessas licenças temporárias. Depois de diversas reuniões aí, entre nós, o DMLU
604 entrou no processo, porque esses resíduos produzidos pela CEEE, muitas vezes nós precisamos ter o controle dele
605 também. Então, se buscou chamar o DMLU para o processo, e estamos construindo, então, com o departamento, a
606 adequação deste convênio. O convênio agora, está em fase praticamente conclusiva, nós já pegamos o de acordo da
607 CEEE, o nosso da SMAM e o do DMLU. Mas surgiu um pequeno impasse com relação ao plano de trabalho,
608 principalmente no nosso cronograma de procedimentos ali, e eu vou ter que retomar com eles novamente, para
609 buscar o de acordo do diretor do DMLU, da CEEE e nosso da SMAM. Então, o objeto desse convênio, diz que a
610 CEEE pode podar os galhos da vegetação arbórea, situada em logradouros públicos, quando incompatíveis com o
611 sistema elétrico. Tanto em procedimentos preventivos, programados, quanto em situação de urgência e emergência.
612 Ainda poderão, (...), ser realizadas podas de vegetais arbóreas incompatíveis com o sistema elétrico, situados em (...)
613 privados. Esse é, aí fica, naqueles casos de urgência e emergência, a CEEE pode também realizar esse tipo de
614 intervenção. Como nós que vamos fiscalizar esse convênio, também se coloca ali a questão de poda, e as reclamações
615 eram muitas, não só para nós, da população, como do Ministério Público, a questão da mutilação dessa vegetação
616 toda, nas podas realizadas pela CEEE. Então, esse é um dos motivos que está constando no objeto, essa intervenção
617 não pode levar ao desequilíbrio da copa da vegetal, bem como à morte. E o convênio também, como regra, não se
618 aplica a essas árvores tombadas ou (...) em áreas de preservação permanente. Ali, o local de destino de toda essa...
619 esse material recolhido vai para (...) do DMLU, localizada na Lomba do Pinheiro. Depois nós vamos detalhar,
620 inclusive, o nosso cronograma do plano de trabalho. As obrigações de cada entidade, compete à CEEE, então.
621 Executar as podas de incompatibilização na vegetação em conflito com as redes de distribuição e transmissão, no
622 município de Porto Alegre; executar as podas através de equipes. Bom, aí é importante frisar que eles terão que ter
623 um responsável técnico, para supervisionar esses serviços, bem como as equipes que vão interferir lá, um técnico de
624 nível médio para acompanhar esse trabalho, que poderá ser realizado por equipe própria da CEEE, ou por equipes
625 terceirizadas. Aqui também segue a regra adotada pela SMAM, árvores habitadas por aves ali, tem que cuidar esse
626 processo todo. E o recolhimento imediato também, e aí tem um problema conosco. A CEEE, e agora mesmo,
627 recentemente, eu tive uma reclamação, muitas reclamações, de que a CEEE fez a poda e não recolheu os resíduos.
628 Então, eu já fiz, inclusive passei dois ou três e-mails, recentemente, essa semana ainda, de diversos casos na cidade
629 que me relataram, em que a CEEE não tem cumprido isso aí. Felizmente para nós, eu até alertei eles lá, que dia 07 de
630 abril entra em vigor o nosso Código de Limpeza Urbana, que deverá aplicar multa ao que deposita lixo de forma
631 irregular, resíduos, e a multa não é muito barata não, a multa do DMLU é em torno de dois mil e poucos reais. Então,
632 vai reforçar essa condição de não deixar esses resíduos na rua, e encaminhar (...)... Também é importante lá, eles
633 deverão informar, semanalmente, a localização das turmas de podas e serviços a serem executados. E identificar os
634 veículos que trabalham nesse serviço. Capacitar também, é importante capacitar os operários que irão trabalhar nesse
635 serviço. Não só deles, mas os terceirizados também. E compete ainda à CEEE, providenciar ao nosso pedido, o
636 desligamento de redes, para que nós possamos também fazer a nossa atividade; adquirir, instalar e ceder ao DMLU,
637 de forma comodato, principalmente, um equipamento para trituração de galhos. Então, esse foi um debate bastante
638 grande, a CEEE vai fornecer um triturador para o DMLU. A ideia inicial é de que se fizesse um aumento no galpão
639 existente hoje, lá no DMLU, mas se optou por fazer um pavilhão novo, um galpão novo. Então, a CEEE também vai
640 construir esse galpão, e vai dar o triturador. Compete à SMAM, então. Dispensar a CEEE da necessidade de requerer
641 autorizações pontuais a cada intervenção arbórea no município de Porto Alegre; fiscalizar, através das gerências, as
642 podas realizadas pela CEEE; atender, com prioridade quando solicitado, as podas em ramais, bem como instalações
643 novas em unidades consumidoras; disponibilizar a página para divulgação desse trabalho; planejar e executar a
644 arborização urbana, sobre as (...), através de espécies compatíveis, e o serviço de (...); adquirir e instalar o
645 transformador... Bom, ficou a cargo da SMAM o fornecimento do transformador. E isso foi uma discussão junto ao

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

646 Ministério Público, em que a CEEE também, como eles não possuem especificamente um trabalho mais focado,
647 plano, para instalação de uma rede, o projeto de instalação de uma rede numa unidade, mas mesmo assim, a CEEE
648 assumiu essa responsabilidade, e nós, a SMAM, ficamos de fornecer o transformador. Felizmente eu consegui,
649 através do Pronto Socorro, que está em reforma, desativou dois transformadores, está repassando para nós, e um
650 deles será utilizado nesse processo do convênio. Compete ao DMLU, então, ali. Receber evidentes resíduos
651 produzidos pela CEEE; realizar a triagem, transporte e todo o manuseio desse material; dispensar à CEEE, porque o
652 DMLU cobra em torno de R\$100,00 a tonelada desses resíduos, para outras empresas que lá depositam, e ele
653 dispensa a CEEE desse pagamento; e realizar as manutenções, ao funcionamento do (...). Então, o DMLU fica
654 responsável pela operação do processo. E aqui nós temos dentro, eu não vou detalhar mais aqui, todo o nosso, só
655 pegar a parte final ali, que é o cronograma das etapas. Até agora nós estávamos com todos acordados, e deu um
656 pequeno problema. Porque a CEEE resolveu fazer com que a licitação do galpão, e o projeto básico do galpão fosse
657 antecipado. Porque eles querem fazer toda a despesa ainda durante o exercício de 2014. Para nós é altamente
658 favorável, quanto antes nós tivermos isso operando, melhor para todos. Então, estamos pegando o ciente de novo, dos
659 diretores e do secretário, para remeter à PGM esse processo, para se efetivar esse convênio, e assim cumprirmos mais
660 essa etapa em termos de uma das intervenções que a vegetação ocasiona aí, e que nos dá uma demanda bastante
661 grande. Era o que tínhamos.

662 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Obrigado, Leo Bunin, a disposição dos conselheiros para comentários.
663 Primeiro o CREA, por favor.

664 **CARLOS SILVEIRA, DO CREA:** Eu acompanhei, por um tempo, esses serviços, e sabe-se que a CEEE,
665 até hoje, ela faz menos de 5% da poda das árvores, o restante ela terceiriza. Pelo que se sabe, todo esse material, que
666 o volume é muito grande, era entregue à empresa terceirizada, e ela dava um destino para esse material. A minha
667 pergunta para chegar aí é a seguinte. O (...), a Lomba do Pinheiro, como se sabe, hoje ela não tem estrutura para
668 receber todo esse material lá. E eu pergunto, seria o DMLU, ele vai se estruturar para isso, porque ele vai receber, só
669 entregarem para ele um triturador não vai resolver o problema, porque vai chegar muito material e vai ter que ser
670 dado um destino para esse material. E eu perguntaria, se tem estrutura, se vai melhorar a estrutura, e qual o destino
671 que será dado para esse material após triturado?

672 **LEO ANTÔNIO BULIN, DA CPPJ:** Bom, o que eu tenho como procedimento rotineiro nosso aqui, até o
673 nosso material que entregamos lá também, o DMLU está nos exigindo, inclusive, para aquelas toras maiores, o
674 máximo 50cm. Então, nós temos que entregar mais ou menos já pronto o material para eles lá. E esse picador, ele
675 terá uma capacidade, um volume bastante grande de operação, e eles fazem uma compostagem lá. A lenha, muitas
676 vezes, eles vendem. Então, o que o DMLU está prevendo? Que a operação do processo de compostagem e mais
677 venda de lenha, dê o retorno para eles conseguirem manter aquele galpão operando. Eu creio que quanto mais
678 volume para eles lá, vai ser melhor nesse processo. Algumas coisas nós temos problemas ainda, tipo, raízes muito
679 grandes. Raízes, nem as olarias, que muitas vezes queimam material aí, elas aceitam. Tem que picar também. E para
680 nós, é extremamente complicado, uma raiz com terra, põe a motosserra ali, nós de repente estragamos toda a
681 motosserra nossa, e não conseguimos cortar essas raízes.

682 **MARIZA FERNANDA POWER DOS REIS, DO DMLU:** Eu estou fazendo parte desse projeto,
683 porque eu sou da divisão de projetos sociais, reaproveitamento e reciclagem. Na verdade, nós temos um volume de
684 resíduos arbóreos em Porto Alegre, em torno de 700, 800 toneladas mensal. Na verdade, hoje a gente manda 50%
685 para o aterro sanitário, e nós não temos recursos para investimento. Esse projeto com a CEEE é um investimento que
686 está vindo, para nós aplicarmos no reaproveitamento, e inclusive, tratar parte das podas que nós somos responsáveis.
687 Então, na verdade, é uma parceria, onde a gente também vai dar destino, não só... o resíduo, em tese, não é da CEEE,
688 o resíduo é do município. A CEEE, ela está autorizada a fazer, porque dá o problema na rede elétrica. Mas na
689 verdade, ela fazendo a poda preventiva, ela está evitando que a SMAM tenha que ir lá podar por algum outro motivo.
690 Então, na verdade, isso é uma parceria, são projetos compartilhados, onde a iniciativa privada vai entrar com o
691 recurso, e o poder público vai entrar com a outra parte. Então, são investimentos necessários, porque se nós não
692 investirmos em reaproveitamento, reciclagem e equipamentos, em compostagem, destinação para lenha, nós
693 mandaremos 100% dos resíduos arbóreos de Porto Alegre para o aterro sanitário.

694 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Se não temos mais manifestação, eu peço ao Mauro Moura que, por
695 gentileza, com a brevidade que lhe é característica, nos explique o processo de licenciamento do Hospital de Clínicas,
696 a ampliação.

697 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Eu vou fazer o relato aqui, conforme foi solicitado. Esse processo (...), é o
698 que trata de todo o licenciamento de qualquer coisa naquela matrícula. Então, tem vários processos ali dentro. Esse
699 processo, especificamente com relação a ampliação na esquina da Ramiro com a Protásio, teve, em 2012, o parecer
700 005 da CAUGE, que estabeleceu as diretrizes para o estudo de viabilidade urbanística. Esse parecer foi feito por
701 todos os órgãos da prefeitura, a SMOV, IDEP, SMAM... A SMAM teve oito ou doze itens, não me lembro, tem que
702 olhar ali, de que deveria ser apresentado. Bom, o que aconteceu de importante nesse processo lá, é que ele, quando
703 foi apresentado a planta com as diretrizes, em julho de 2012, haviam três óbices importantes, ou insuperáveis na

14

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 224 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7503 / 3289-7506 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

704 época, como podemos chamar. Um era com a EPAC, com relação ao valor arquitetônico do prédio existente; com a
705 EPTC, principalmente com relação a entrada pela Protásio Alves do estacionamento, e tinha um problema no plano
706 diretor, quanto a volumetria do empreendimento que estava sendo proposto. Bom, esse EVU, na realidade, teve
707 encaminhamento especial. Ele foi aprovado pelo povo eleito, pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Isso é um
708 EVU especial, não foi aprovado pela CAUGE, mas sim pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, agora com a Lei
709 Complementar 736/2014, aprova EVU. Eu vou só passar rapidamente ali, acho que muitos conhecem. Autoriza a
710 intervenção no complexo hospitalar, eu só assinaei algumas coisas ali. Autorizou a intervenção no complexo,
711 incluindo as localizadas junto ao prédio de inventariado e estruturação; fez as correções devidas, com relação a
712 volumetria e índice de aproveitamento. O projeto também estabeleceu aquele número de vagas de estacionamento,
713 que era discussão também com a EPTC. E determinou à SMAM, que a supressão, o transplante de poda, seria feito
714 de acordo com o decreto 17232, de 2011. Bom, depois disso, o Hospital pediu licença prévia para a SMAM, e essa
715 licença prévia foi emitida, e as decisões de corte, enfim, vão ser só julgadas aqui pela SMAM na fase de LI, quando o
716 projeto for aprovado na SMURB, e depois o processo chegar na SMAM. Então, nós já temos uma licença prévia
717 emitida para o complexo, e agora eu estou à disposição para responder perguntas. Esse foi o andamento
718 administrativo desse processo junto a SMAM. O corte previsto, se não me engano, são 237 árvores, mais ou menos
719 50% exótica e 50% nativas. Um transplante de um butiazeiro, que tem uma figueira em cima, se não me engano.

720 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** A disposição aos conselheiros.

721 **JUPITER PALAGI DE SOUZA, DA OAB/RS:** Só uma pergunta, qual o impacto urbanístico, digamos
722 assim, que isso vai trazer em termos de transporte, enfim, que possa fazer com que o trânsito, se criem
723 congestionamentos, coisa e tal, nos horários de pico? Tem ideia?

724 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Não, não tenho como lhe responder isso, é uma avaliação da EPTC.
725 Inclusive eu não sei as consequências da análise da EPTC com relação ao que a Câmara de Vereadores aprovou.
726 Então, eu não tenho condições de lhe responder essas questões.

727 **ANDREIA LOGUERCIO, DA UFRGS:** Eu gostaria só de fazer uma consideração, porque essa questão
728 que o Júpiter levanta, foi uma das questões mais levantadas, na polêmica que se instalou sobre o projeto do Hospital
729 de Clínicas. É preciso entender que a cidade, ela tem feito algumas opções que são contrárias ao desenvolvimento
730 ambiental. Uma dessas opções que a cidade faz, e talvez nem todos os conselheiros aqui estejam familiarizados com
731 essa opção, é que no município de Porto Alegre, para cada metro quadrado que você constrói, você tem que,
732 obrigatoriamente, destinar um número de vagas. No caso do hospital, algumas áreas de dentro do hospital, a cada
733 25m², é obrigado a destinar uma vaga de estacionamento; e para determinadas áreas desse hospital, a cada 50m², é
734 obrigado a destinar outra vaga de estacionamento. Então, as discussões a respeito dessa ampliação, muitas vezes
735 passam, para que a gente entenda que a cidade está exigindo do Hospital de Clínicas, que ele construa quase que uma
736 área similar àquela que será dada de atendimento a pacientes, para estacionamento. A despeito de o hospital ter
737 requerido que se trata de um hospital de atendimento ao SUS, onde a grande maior parte dos pacientes não vem de
738 veículo particular, mas essa é uma legislação da cidade, que entende que é obrigatória. Então, praticamente metade
739 da área construída aqui, ela é destinada aos carros. Então, se houver um impacto significativo ao trânsito, é uma
740 opção da legislação da cidade, não é uma opção do empreendedor, no caso, do Hospital de Clínicas.

741 **RICARDO NORBERTO AYUP ZOUAIN, DA UFRGS:** Complementar o que a Andreia falou, o
742 número de vagas são geradas, 80% é medicina interna e intensivista, que é o que falta na cidade. Nós não temos
743 unidade de tratamento intensivo, e isso aí não chega a vaga, é 50m² por paciente. Então, isso é o que está faltando, é
744 um único paciente, 50m², para cada paciente, só, não chega a trânsito. É aquela pessoa que está, ou num estado
745 crítico, ou estado terminal, não tem esse caos que as pessoas estão colocando. É o que nós não temos na cidade, nós
746 não temos sequer intensivismo em unidades obstétricas, em pediatria. Então, assim, por favor, estamos falando de
747 vidas humanas, que são muito caras de preservar, às vezes são pessoas muito importantes. Pode ser o pai, a mãe,
748 (...).

749 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Alguma manifestação? De imediato repasso a palavra ao Mauro
750 Moura, para que ele conclua a nossa pauta até as 16h.

751 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Eu só peço que vocês aprovem essa resolução. Essa é uma resolução que
752 inclui, é uma função do COMAM, a inserção de novas atividades para fins de licenciamento. Tem as justificativas,
753 por favor, vamos para a resolução direta. Nós temos uma comissão na cidade, que estuda as funerárias, e foi
754 detectado a necessidade, se não me engano são cinco funerárias, cinco locais, que fazem esse trabalho de
755 tanatopraxia. A retirada de (...) e tal, dessa carga orgânica. Porque nós temos que licenciar. Então, nós precisamos
756 regulamentar isso, colocar os portes de potencial, houve uma sugestão da Magda, não sei se essa sugestão foi para
757 todos os senhores, de acrescentar naquele item ali, no item, na sessão de atividade diverso, anexo I da lei número
758 tal... Não em problema, essa é uma complementação que nós acatamos, então, eu não sei se os senhores querem
759 algum esclarecimento, mas é só para nós legalizarmos essas exigências dentro do nosso sistema de licenciamento
760 ambiental, do SISLAM.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

761 **MAGDA CREIDY SATT ARIOLLI, DO CRBIO-3:** Eu só quero destacar que esse assunto foi discutido
762 no âmbito da câmara técnica de resíduos e efluentes, e teve o nosso apoio e anuência. Porque é uma necessidade já,
763 antiga.

764 **TIAGO JOSÉ PEREIRA NETO, SUPLENTE DA FIERGS:** Na verdade, eu vou alertar para uma
765 possível questão aí, que se debate hoje, é uma discussão, talvez, em todo o país. Que é a questão da regulamentação
766 das atividades de licenciamento de impacto local, que a lei Complementar 140 estabelece que essas atividades devem
767 ser estabelecidas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente. Então, Mauro, não é nenhuma questão, o fato de
768 contrário ou não, eu acho que é um ponto de alerta que a gente tem. Eu concordo efetivamente com essas, essa
769 atividade tem esse controle, só que eu não sei, caso uma instituição que represente, ou as próprias funerárias locais
770 venham a questionar esse ponto, como é que a gente pode estar atuando em cima. E até como uma sugestão, além de
771 concordar com a resolução, se não cabe à SMAM encaminhar um pedido para a câmara de gestão compartilhada do
772 CONSEMA, que está discutindo a revisão dessas tabelas, e que peça para incluir esse tipo de atividade lá também.
773 Eu acho que é um ponto que a gente pode trabalhar em conjunto.

774 **ANDREIA LOGUERCIO, DA UFRGS:** Casualmente, eu sou representante da UFRGS na câmara técnica
775 de gestão compartilhada, a gente já fez essa inclusão, e já está de acordo com aquilo que está se tratando, que deve
776 ser votado, esperamos, brevemente. A resolução está indo para a plenária do CONSEMA da câmara técnica de gestão
777 compartilhada do estado. Então, a proposta daqui, está consonante com aquilo que está sendo tratado a nível estadual.

778 **MAURO MOURA, DA SMAM:** Só uma complementação, e eu creio que, a gente tem que ler, eu vou dar
779 uma lida de novo, na 140. Não vai ser possível ao CONSEMA estar deliberando tudo sobre todos os municípios,
780 pequenas atividades que às vezes é do interesse de Porto Alegre licenciar e de Canoas não, pela tipologia da cidade,
781 enfim. Eu não creio que haja a necessidade que sempre essas resoluções de impacto local sejam avaliadas no
782 conselho estadual. Mas isso é uma questão em aberto, que deve ser analisada. Na realidade, o que a Constituição
783 Federal diz, é que são concorrentes.

784 **ALEX NEVES STREY, DA SMAM:** Presados conselheiros, se não há mais manifestações, eu gostaria de
785 colocar em votação o incremento desta tipologia para licenciamento da SMAM. Temos quórum. Quem vota sim,
786 fique como está. Aprovado por unanimidade. Senhores conselheiros, muito obrigado pela presença de vocês.
787 Esperamos que os assuntos complementares sejam indicados na próxima comissão que determinar a pauta do
788 COMAM.